À Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência,

Em atendimento ao disposto nos arts. 115 e 116 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021, e com fundamento nos parâmetros previstos no art. 5º-B da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, inserido pelo art. 1º da Portaria MTP nº 360, de 22 de fevereiro de 2022, o **MUNICÍPIO DE xxxxxxxxxxxxx**, inscrito no CNPJ nº xxxxxxxxxxx, informa, **para fins do PARCELAMENTO** previsto nos arts. 115 e 116 do ADCT, com relação à adequação do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, que:

1 - Foi editada a Lei Complementar/OU Lei nº xxxx, de xx de xxxxx de xxxx, referendando integralmente as revogações do § 21 do art. 40, dos arts. 2º, 6º e 6º-A da EC nº 41, de 2003 e do art. 3º da EC nº 47, de 2005, conforme previsto no inciso II do art. 36 da EC nº 103, de 2019;

2 - Foi editada a Emenda à Lei Orgânica nº xxxxx, de xx de xxxxx de xxxx, definindo a idade mínima para aposentadoria, conforme previsto no inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 103, de 2019;

3 - Foi editada a Lei Complementar nº xxxx, de xx de xxxxx de xxxx, (e/ou a Emenda à Lei Orgânica nº xxxxx, de xx de xxxxx de xxxx) estabelecendo o tempo de contribuição e demais requisitos para aposentadoria, bem como o tempo mínimo para funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio para aposentadoria especial do professor conforme previsto no inciso III do § 1º e no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 103, de 2019;

4 - Foi editada a Lei Complementar nº xxxx, de xx de xxxxx de xxxx, (e/ou a Emenda à Lei Orgânica nº xxxxx, de xx de xxxxx de xxxx) estabelecendo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria especial dos servidores com deficiência e dos servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes conforme previsto nos §§ 4º, 4º-A e 4º-C do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 103, de 2019;

5 - Foi editada a Lei nº xxxx, de xx de xxxxx de xxxx, (e/ou a Emenda à Lei Orgânica/Lei Complementar nº xxxxx, de xx de xxxxx de xxxx) estabelecendo as regras de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho com o prazo para sua reavaliação bem como a regras de cálculo dos proventos de aposentadoria e as regras de pensão por morte conforme previsto no inciso I do § 1º, § 3º e § 7º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 103, de 2019;

6 - Foi editada a Lei nº xxxx, de xx de xxxxx de xxxx, (e/ou a Emenda à Lei Orgânica/Lei Complementar nº xxxxx, de xx de xxxxx de xxxx) limitando o rol de benefícios do RPPS às aposentadorias e pensões por morte, conforme exigido no § 2º do art. 9º da EC nº 103, de 2019 OU A Lei nº xxxx, de xx de xxxxx de xxxx, (e/ou a Emenda à Lei Orgânica/Lei Complementar nº xxxxx, de xx de xxxxx de xxxx) já previa que o rol de benefícios do RPPS contemplava somente aposentadorias e pensões por morte;

7 - Foi editada a Lei/OU Lei Complementar nº xxxx, de xx de xxxxx de xxxx, adequando a alíquota de contribuição devida pelos segurados e beneficiários do RPPS ao disposto no § 4º do art. 9º da EC nº 103, de 2019;

8 - Foi editada a Lei/OU Lei Complementar nº xxxx, de xx de xxxxx de xxxx, instituindo o Regime de Previdência Complementar para os servidores vinculados ao RPPS do ente federativo, conforme previsto no § 14 do art. 40 da Constituição Federal e no § 6º do art. 9º da EC nº 103, de 2019;

9 - A lei/E OU Lei Complementar nº xxxx, de xx de xxxxx de xxxx, asseguram a existência de um órgão ou entidade gestora do RPPS, conforme previsto no § 20 do art. 40 da Constituição Federal e no § 6º do art. 9º da EC nº 103, de 2019;

10 - Conforme exigido pelo inciso I do art. 115 da ADCT para a celebração do parcelamento, todas as normas citadas nos itens 2 a 5 estabelecem regras de benefícios assemelhadas às aplicáveis aos servidores públicos do RPPS da União estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, e contribuíram efetivamente para o atingimento e a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS do município, da seguinte forma:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Identificação das Avaliações Atuariais:** | **Elaborada com as regras de benefícios do RPPS vigentes antes das normas citadas nos itens 1 a 6.** | **Elaborada com as regras de benefícios do RPPS vigentes após as normas citadas nos itens 1 a 6.** |
| Data Focal da Avaliação: |  |  |
| Data de elaboração da Avaliação: |  |  |
| Atuário Responsável:  |  |  |
| Data de envio, no Cadprev, do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA correspondente (\*): |  |  |
| **Resultados:** | **Fundo em Capitalização/Plano Previdenciário ou Fundo/Plano Único** | **Fundo em Repartição/Plano Financeiro (em caso de segregação da massa)** | **Fundo em Capitalização/Plano Previdenciário ou Fundo/Plano Único** | **Fundo em Repartição/Plano Financeiro (em caso de segregação da massa)** |
| Valor Atual dos Benefícios Futuros - Encargos de Benefícios Concedidos: |  |  |  |  |
| Valor Atual das Contribuições Futuras e Compensações a Receber - Benefício Concedidos |  |  |  |  |
| Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos: |  |  |  |  |
| Valor Atual dos Benefícios Futuros - Encargos de Benefícios a Conceder: |  |  |  |  |
| Valor Atual das Contribuições Futuras e Compensações a Receber - Benefícios a Conceder: |  |  |  |  |
| Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder: |  |  |  |  |
| Resultado Atuarial (\*\*):  |  |  |  |  |
| Declaro que foram utilizados os mesmos métodos atuariais, premissas e hipóteses nas avaliações atuariais citadas. |
| \* Como as alterações promovidas pelas normas citadas nos itens 1 a 5 são posteriores ao prazo de exigência do envio do DRAA, ou as informações se referem à avaliação atuarial que fundamentou as alterações normativas, foi anexado a este processo o Relatório da Avaliação Atuarial que contempla as novas regras. |
| \*\* Valor negativo = deficit, valor positivo = superavit; em caso de Fundo em Repartição/Plano Financeiro foi informado como deficit, em valor negativo, o Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira. |

11. A legislação citada nos itens 1 a 9 já foi encaminhada à esta Secretaria de Previdência por meio do Gescon-RPPS.

12. Foi (OU Será) editada a Lei/OU Lei Complementar nº xxxx, de xx de xxxxx de xxxx, específica para autorização do parcelamento de débitos relativos ao RPPS previsto no art. 115 do ADCT contemplando os parâmetros previstos no art. 5º-B da Portaria MPS nº 402, de 2008, inserido pelo art. 1º da Portaria MTP nº xxx, de 2022 (OU já encaminhada (a ser encaminhada) pelo Gescon-RPPS).

Pelo exposto, vem requerer que essa Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência declare, conforme a documentação anexada a este requerimento e já encaminhada por meio do Gescon-RPPS e do Cadprev, que o Município de xxxx atende as condições estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 115 do ADCT para fins de formalização dos parcelamentos previstos nos arts. 115 e 116 do ADCT.

Local, xx de xxxxxxx de 2022.

NOME DO PREFEITO MUNICIPAL